

O CÂNON LITERÁRIO E A AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE LETRAS

José Luís Jobim

MATRAGA nº 11, 1º semestre de 1999

No momento em que se instala um sistema de avaliação dos cursos de Letras no país, abrangendo as habilitações que credenciam o aluno a lecionar Língua Portuguesa e Literaturas Brasileira e Portuguesa, torna-se necessário explicitar uma série de habilidades que comporiam seu perfil de referência. Quais seriam estas habilidades? Limitar-me-ei, no estreito espaço de que disponho, a comentar alguns tópicos referentes à formação literária do aluno, levantados na Comissão de Letras, encarregada de estabelecer os parâmetros da avaliação.

Para começar, achamos que seria importante o formando dominar ativa e criticamente um repertório mínimo representativo das Literaturas Brasileira e Portuguesa, de modo a ser capaz de interpretar adequadamente textos de diferentes modalidades, gêneros e registros lingüísticos. Contudo, além da capacidade para verbalizar sua interpretação, seria interessante que o graduando pudesse explicitar os argumentos utilizados para justificá-la, refletindo sobre os fundamentos dela e sendo capaz de debatê-los, em vez de pretender transformá-los em dogma inquestionável.

Certamente os processos de compreender, comparar e analisar criticamente textos alheios podem ser benéficos para o aluno que incorpore tanto ao seu cotidiano comunicativo quanto à sua produção escrita o que for apreendido nas atividades exploradoras da riqueza potencial da língua.

Também é importante que o graduando apreenda criticamente as obras literárias, não somente através de uma interpretação derivada do contato direto com elas, mas também através da mediação de obras de crítica e teoria literárias, formuladoras de interpretações e comentários que se tornam um quadro de referência, com o qual, a partir do qual ou contra o qual sua apreensão se estabelece.

É relevante assinalar que não presumimos que o graduando vá apenas ensinar fórmulas prontas de interpretação textual, as quais supostamente poderiam dar acesso ao que as obras "verdadeiramente significam", mas cremos ser importante habilitá-lo a um esforço reflexivo que pode ultrapassar as evidências aparentes, colocando em cheque valores, posições, atitudes, levando-o a ser capaz de apreender o que está em jogo na interpretação, para obter resultados que eventualmente ultrapassem o senso comum – a fonte mais freqüente dos dogmatismos enraizados.

Ainda como elemento formativo, seria necessário dominar o conhecimento histórico e teórico para: refletir sobre as condições sob as quais a escrita se torna literatura; explorar as relações

dos textos literários com outros tipos de discurso e com os contextos em que se inserem; relacionar o texto literário com os problemas e concepções dominantes tanto na cultura do período em que foi escrito quanto na atualidade.

Evidentemente, para a discussão das habilidades anteriormente enumeradas, pressupõe-se o domínio de um repertório mínimo dos termos especializados através dos quais se pode debater e transmitir a fundamentação do conhecimento da literatura.

Além disso, principalmente quando se tratar de graduandos que se dirigem ao magistério, seria importante eles serem capazes de desempenhar o papel de multiplicadores, iniciando outros leitores e produtores textuais.

É claro que cada uma destas formulações sintéticas acima mereceria uma discussão à parte, que não será possível desenvolver neste momento. Contudo, se apenas imaginarmos o perfil e as habilidades do aluno a se formar como um tema que merece constar de nossa agenda acadêmica, já poderá haver conseqüências positivas.

No entanto, para não nos furtarmos por completo a discutir os problemas envolvidos nas próprias opções da comissão, escolhemos discorrer um pouco mais alongadamente sobre um tópico referente à primeira habilidade.

Provavelmente, no momento em que se divulgarem de modo mais extensivo tanto o perfil e as habilidades esperadas do graduando em Letras quanto o conteúdo programático proposto para a primeira prova, muitos associarão a habilidade de "dominar ativa e criticamente um repertório mínimo representativo das Literaturas Brasileira e Portuguesa" à lista de autores e obras que aparece em apêndice ao conteúdo. Para uma visualização mais clara do leitor, reproduziremos, a seguir, o conteúdo programático proposto para os estudos literários:

Literatura Brasileira

▶ *Condições de produção, circulação e recepção de obras relevantes da literatura brasileira em diferentes momentos históricos*

▶ *Fortuna crítica de obras relevantes da literatura brasileira*

▶ *Articulação de categorias relevantes de diferentes teorias da literatura às obras relevantes da literatura brasileira*

No Exame de 1998, será dada ênfase às seguintes obras literárias:

▶ *José de Alencar. Iracema;*

▶ *Mário de Andrade. Macunaíma;*

▶ *Álvares de Azevedo (poesia)*

- ▶ *Carlos Drummond de Andrade (poesia)*
- ▶ *Castro Alves (poesia)*
- ▶ *Gregório de Matos (poesia)*
- ▶ *Clarice Lispector. A Hora da Estrela;*
- ▶ *J. M. de Macedo. A Moreninha;*
- ▶ *Machado de Assis. Dom Casmurro;*
- ▶ *Graciliano Ramos. Vidas Secas;*
- ▶ *Nélson Rodrigues. Vestido de Noiva;*
- ▶ *Guimarães Rosa. Grande Sertão: Veredas;*
- ▶ *Tomás Antônio Gonzaga (poesia)*

Literatura Portuguesa

- ▶ *Condições de produção, circulação e recepção das obras mais relevantes da literatura portuguesa*
- ▶ *Fortuna crítica das obras mais relevantes da literatura portuguesa*
- ▶ *Articulação das categorias relevantes de diferentes teorias da literatura às obras relevantes da literatura portuguesa*

No Exame de 1998, será dada ênfase às seguintes obras literárias:

- ▶ *Alexandre Herculano. Eurico, o Presbítero;*
- ▶ *Almeida Garret. Frei Luís de Sousa.*
- ▶ *Antonio Vieira. Sermões*
- ▶ *Bocage (poesia)*
- ▶ *Camões Os Lusíadas;*
- ▶ *Camilo Castelo Branco. Amor de Perdição;*
- ▶ *Cesário Verde (Poesia)*
- ▶ *Eça de Queirós. O Crime do Padre Amaro;*
- ▶ *Fernando Pessoa (poesia)*
- ▶ *Florbela Espanca (poesia)*

▶ *Gil Vicente. Auto da Barca do Inferno.*

Teoria da Literatura

▶ *Conceitos, funções, gêneros e periodização da literatura*

▶ *Diferentes vertentes dos estudos literários*

▶ *Elementos constitutivos da prosa, da poesia e do teatro*

Embora se possa ressaltar que a prova não se restringirá aos autores e obras da lista, várias coisas poderão passar pela cabeça dos professores e alunos. Uma delas talvez possa concretizar-se na pergunta: – Estaremos repetindo, em um exame ao término da graduação, a mesma experiência de alguns vestibulares, que cobram listas de autores e obras aos candidatos?

Assim formulada, a questão conduziria a uma resposta que teria de passar pelas diferenças: no vestibular, a lista é prospectiva, e presume que os autores serão lidos até as vésperas da prova, enquanto no "provão", como se trata de um exame de conclusão, a lista é retrospectiva. Poder-se-ia também argumentar que, embora a lista presumivelmente inclua leituras que já terão sido feitas, na verdade ela é uma cobrança prospectiva, em especial para os graduandos que não conhecerem os livros cobrados. Então, talvez possamos formular outras duas perguntas: – Os autores e obras da lista são os que deveriam constar predominantemente dos programas dos cursos de Letras no Brasil? Estes autores são os predominantes nos programas dos cursos de Letras no Brasil? A primeira pergunta provavelmente seria respondida com um tom mais normativo, a segunda com um tom mais constativo, mas é interessante assinalar que ambas se referem ao mesmo tópico: o cânon. (*Cânon*, como sabemos, foi a palavra usada para designar o universo de autores e obras que são valorizados, lembrados e aceitos como importantes em determinada comunidade.¹) Talvez, se refletirmos a partir destas perguntas, possamos desenvolver uma breve reflexão.

"Os autores e obras da lista são os que deveriam constar predominantemente dos programas dos cursos de Letras no Brasil?"

Responder afirmando que os autores e obras listados deveriam constar dos programas dos cursos de Letras no Brasil significa assumir uma atitude normativa, determinando como regra genérica que estes autores e obras formam um *corpus* cuja universalidade é por nós declarada como exemplar, a tal ponto que avaliaremos a sua ausência como negativa, a partir do padrão que elaboramos.

Em situações como a do "provão", que envolvem um contexto legal, mesmo não concordando com a norma proposta ou não desejando submeter-nos a ela, é difícil não reconhecer o seu dever-ser. Mas isto não significa apenas a presença de um respeito que possamos dedicar ao padrão proposto, pois não se presume só estarmos conformes com ele, mas também a

possibilidade da insurgência programática contra os próprios fundamentos dele ou até contra sua aspiração à generalidade normativa, sempre implícita em uma proposta de exame nacional. Mesmo presumindo que o padrão prescrito deriva de alguma forma das práticas acadêmicas da comunidade de Letras, pode-se questionar se ele faz justiça aos próprios modos como esta comunidade se comprometeria (ou não) com um possível ideal regulativo de alcançar um consenso sobre o que importa numa avaliação. E mesmo que se alcançasse este consenso, ainda restaria a pergunta: – Como conciliar o resultado de um consenso mais genérico com iniciativas individuais e formas de dissenso que podem contestá-lo?

Se qualquer avaliação supõe uma provisão de comensurabilidade, é difícil imaginar que ela ignore como as práticas da comunidade acadêmica se criam, permanecem ou se modificam, gerando quadros de referência concretos, em que há procedimentos, padrões e cânons aceitos mais amplamente, a partir dos quais se pode constituir o solo comum que torna a própria comensuração possível. Entretanto, como estes procedimentos, padrões e cânones aceitos não são desenraizados dos contextos históricos efetivos em que se inserem, e aos quais recorrem para selecionar seus modelos de objetividade avaliativa, pode-se também imaginar que no futuro outros paradigmas substituirão os do presente.

No caso do "provão", a própria força contextual do dever-ser, implícito na situação em que ele se insere, aumenta o peso da lista e das críticas que a ela se façam. O que poderia nos levar à segunda pergunta.

"Os autores e obras da lista são os predominantes nos programas dos cursos de Letras no Brasil?"

Evidentemente, um levantamento extensivo dos autores e obras que constam dos programas de literatura nos cursos de graduação em Letras, seguido de uma verificação sobre até que ponto estes programas são efetivamente cumpridos no dia-a-dia das instituições, poderia fornecer subsídios mais realistas para uma resposta positiva ou negativa a esta questão.

No entanto, a presença de qualquer lista neste tipo de prova sempre estará sujeita a críticas (porque não contém os autores e obras que presumivelmente deveria conter; porque contém autores e obras que presumivelmente não deveria conter; etc.). Os que defendem a presença da lista como a explicitação de um *corpus* mínimo de leitura ou como uma orientação de leitura básica para os cursos teriam de ouvir várias objeções, entre elas a de que a prescrição de obras pode prejudicar, inclusive, os bons alunos que tenham lido os autores enfatizados, mas não as obras listadas (um aluno que tenha lido *Primeiras estórias* e *Corpo de baile*, por exemplo, mas não *Grande sertão: veredas*).

Também é provável que, a partir da implantação de uma política de "listas", comecemos a desenvolver o hábito de os diversos grupos de interesse relacionados às seleções feitas se manifestarem, reivindicando inclusões e/ou exclusões. Talvez estejamos mesmo correndo o risco de repetir tardiamente a experiência norte-americana:

*Quando os historiadores do futuro procurarem caracterizar a vida cultural dos Estados Unidos nos anos 80, eles poderão simplesmente decidir denominá-la 'a década do debate sobre o cânon'. É preciso apenas lembrar seus momentos mais relevantes. Em 1981 Leslie Fiedler e Houston A. Baker inauguraram a discussão com *Opening up the Canon*; em 1983 Robert von Hallberg editou um número especial de *Critical Inquiry* também dedicado a *Canons*, conferindo respeitabilidade teórica ao assunto e trazendo-o ao primeiro plano da consciência acadêmica. Somente alguns anos mais tarde o tópico atrairia atenção ainda maior, quando Alan Bloom publicou *The Closing of the American Mind*², uma obra que se tornou um best seller nacional e transformou Bloom em celebridade da mídia. Um pouco depois E. D. Hirsch lançou prescrições para "alfabetização cultural", uma lista de livros e informações reduzidas que ele disse serem indispensáveis para participar na cultura alfabetizada, e que os críticos acusaram de "Eurocentrismo". Ao redor de 1988, a Universidade de Stanford tinha anunciado que estava alterando seu curso introdutório obrigatório nas humanidades, para refletir mais adequadamente a heterogeneidade étnica de seus estudantes, gerando um novo debate e uma profusão de propostas para emular a experiência de Stanford. Então, o cânon era um assunto de destaque nas primeiras páginas dos jornais de circulação nacional.³*

Não há como negar que a imagem de literatura para o aluno de Letras está relacionada ao inventário das obras e autores com que se familiarizou durante o curso. Assim, ao transmitirem institucionalmente aos discentes (que depois, como professores, retransmitirão aos seus futuros alunos) uma determinada representação de literatura, depreendida de autores e obras selecionados, os cursos de Letras são responsáveis pela criação de uma imagem do literário. Assim, se a presença explícita de uma lista de autores e obras no "provão" poderá provocar reações de toda ordem, a maioria talvez até contra a Comissão, é bom lembrar que a ausência de uma lista não elimina os problemas que apontamos. É possível que os membros da Comissão fossem poupados de muitas críticas, sem a presença da lista; mas a ausência dela certamente não significaria uma abertura ilimitada para a banca elaboradora do "provão"⁴. Seria muita ingenuidade imaginar haver a necessidade de uma comissão nomeada pelo Ministério da Educação intervir para que se instaure um cânon literário. É possível até imaginar que, se não houvesse esta lista e fossem cobrados na prova os mesmos autores e obras nela prescritos, os membros da comunidade de Letras reconheceriam que se trata de um universo representativo das literaturas brasileira e portuguesa, selecionado dentro do cânon de autores e obras que usualmente constam dos programas dos cursos de Letras no Brasil. De qualquer forma, assim o *corpus* adotado nos cursos de Letras provavelmente continuaria a ser o padrão de referência de qualquer banca que não desejasse ser execrada publicamente.

Contudo, se é possível argumentar que a lista de autores e obras proposta para o "provão" teria a vantagem de tornar claro para o aluno o que ele necessariamente teria de ler em seu curso, na verdade o que ela efetivamente torna explícito é o que ele deve ler para o "provão". Na verdade, a colocação de questões mais genéricas pode tender, no futuro, a dificultar a vida

do aluno neste exame: se começarmos a considerar as listas elaboradas pela Comissão como parâmetros curriculares, inevitavelmente tenderemos à solicitação virtualmente ilimitada de inclusões, pois é sempre mais fácil incluir do que retirar autores e obras. Isto poderá, em uma circunstância de modo algum desejável, fazer com que as listas desapareçam como referência para uma prova e se transformem em outra coisa, por conterem um número de autores e obras impossível de ser cobrado em um único exame.

No entanto, talvez a presença destas listas sirva como elemento motivador para que se implemente a discussão sobre o *corpus* de leitura dos alunos de Letras, estimulando o estudo das convenções, normas e valores que fundamentam a sua escolha. A discussão sobre os autores e obras que são valorizados, lembrados, aceitos e incluídos em nossos programas, bem como sobre os que são desvalorizados, esquecidos, rejeitados e excluídos, pode tornar claro o centro e as margens de nosso cânon, assim como os fundamentos de sua constituição.

Como não pressuponho ser possível nenhuma decisão "definitiva", quer sobre o *corpus* de leitura dos alunos de Letras, quer sobre qualquer das questões – e há muitas – que envolvem o "provão", no máximo posso dizer que, embora a Comissão tenha adotado o que considerou ser o melhor no contexto em que trabalhou – inclusive levando em conta as sugestões surgidas nos encontros formais e informais com os docentes da comunidade a ser avaliada –, posso imaginar que haverá quem se oponha às alternativas escolhidas, apresentando também argumentos consistentes. No entanto, longe de ver isto como problema, acredito que é desta própria cultura de avaliação crítica permanente que poderão futuramente surgir novas alternativas, aceitas como melhores do que as que foram elaboradas no presente.

NOTAS

¹ "O termo (do grego *kanon*, espécie de vara de medir) entrou para as línguas românicas com o sentido de "norma" ou "lei". Durante os primórdios da cristandade, teólogos o utilizaram para selecionar aqueles autores e textos que mereceriam ser preservados e, em conseqüência, banir da Bíblia os que não se prestavam para disseminar as "verdades" que deveriam ser incorporadas ao livro sagrado e pregadas aos seguidores da fé cristã. O que interessa reter, mais do que uma diacronia, é que o conceito de cânon implica um princípio de seleção (e exclusão) e, assim, não pode se desvincular da questão do poder: obviamente, os que selecionam (e excluem) estão investidos da autoridade para fazê-lo e o farão de acordo com seus interesses (isto é: de sua classe, de sua cultura etc.). Convém atentar ainda para o fato de que o exercício desta autoridade se faz num determinado espaço institucional (no caso, a Igreja). Nas artes em geral e na literatura, que nos interessa mais de perto, cânon significa um perene e exemplar conjunto de obras – os clássicos, as obras-primas dos grandes mestres–, um patrimônio da humanidade (e, hoje percebemos com mais clareza, esta "humanidade" é muito fechada e restrita) a ser preservada para as futuras gerações, cujo

valor é indisputável. (Roberto Reis. Cânon. In: José Luís Jobim, org. *Palavras da crítica – tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 65-92. p. 70.)

² Trad. portuguesa: *O declínio da cultura ocidental; da crise da universidade à crise da sociedade*. 2. ed. São Paulo: Best Seller, 1989.

³ RAINEY, Lawrence S. Canon, Gender, and Text. In: BORNSTEIN, George. *Editing as Interpretation*. Ann Harbor: The University of Michigan Press, 1991. p. 99-123. p. 99-100.

⁴ É bom lembrar que a Comissão de Letras *não* será responsável pela elaboração da prova. Sua função se limita a: elaborar os objetivos do exame, o perfil e habilidades esperadas dos candidatos e o conteúdo programático; avaliar a prova elaborada por uma banca contratada pela empresa que ganhar a licitação para fazer o "provão".